

e-ISSN: 2387-1555

DOI: <https://doi.org/10.14201/rea202314161179>

A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

*Estancia de estudiantes en la universidad brasileña:
reflexiones sobre las políticas de atención al estudiante*

*Student Stay at the Brazilian University: Reflections
on Student Assistance Policies*

Maria Janete DE LIMA 

Universidade Federal de Campina Grande/Brasil

limamariajanete@gmail.com

Fecha de recepción: 26 de abril de 2023

Fecha de aceptación: 29 de agosto de 2023

Fecha de publicación: 31 de diciembre de 2023

RESUMO: Este artigo trata de um ensaio teórico sobre políticas de assistência estudantil numa universidade brasileira em especial na Universidade Federal de Campina Grande, no campus do Centro de Formação de Professores, a influência da governamentalidade neoliberal nas diretrizes destas políticas de assistência, para tanto foi utilizado autores como Foucault, Castro, Chauí, Gallo, Veiga-Neto, Feldens e Santana entre outros. O objetivo é aproximar as reflexões sobre os programas desenvolvidos na universidade pública brasileira e suas formas de atuação, implementação, acompanhamento e revisão no tocante a assistência estudantil. O Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES se desenvolve por meio dos programas: Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação-PAEG. A metodologia é uma revisão teórica que tem como base a tese de Doutorado em Educação da autora apresentada na Universidade Federal de Sergipe no Programa de Pós graduação na qual obteve o título de Doutora com o tema das políticas de assistência estudantil.

Palavras-chave: governamentalidade; assistência estudantil; universidade; políticas.

RESUMEN: Este artículo trata de un ensayo teórico sobre las políticas de asistencia a los estudiantes en una universidad brasileña, en particular en la Universidad Federal de Campina Grande, en el campus del Centro de Formación de Profesores, la influencia de la gubernamentalidad neoliberal en las directrices de estas políticas de asistencia, para lo cual se utilizó a autores como Foucault, Castro, Chauí, Gallo, Veiga-Neto, Feldens y Santana entre otros. El objetivo es reunir reflexiones sobre los programas desarrollados en la universidad pública brasileña y sus formas de actuar, implementar, monitorear y revisar con respecto a la asistencia a los estudiantes. El Programa Nacional de Asistencia al Estudiante (PNAES) se desarrolla a través de los programas: Residencia Universitaria y Programa de Asistencia Docente de Pregrado (PAEG). La metodología es una revisión teórica que se basa en la tesis de Doctorado en Educación de la autora presentada en la Universidad Federal de Sergipe en el Programa de Posgrado en el que obtuvo el título de Doctora con el tema de políticas de atención al estudiante.

Palabras clave: gubernamentalidad; asistencia al estudiante; universidad; políticas

ABSTRACT: This article deals with a theoretical essay on assistance policies for students at a Brazilian university, in particular at the Federal University of Campina Grande, on the campus of the Teacher Training Center, the influence of the neoliberal government on the guidelines for these assistance policies, for which authors such as Foucault, Castro, Chauí, Gallo, Veiga-Neto, Feldens and Santana, among others, were used. The objective is to gather reflections on the programs developed in the Brazilian public university and their ways of acting, implementing, monitoring and reviewing with respect to assistance to students. The National Student Assistance Program (PNAES) is carried out through the following programs: University Residence and Teaching Assistance Program in Pregrado (PAEG). The methodology is a theoretical review that is based on the thesis of Doctorate in Education of the author presented at the Federal University of Sergipe in the Postgraduate Program in the one that obtained the title of Doctor with the theme of policies of attention to the student.

Keywords: gubernamentalidad; student assistance; university; politics.

I. INTRODUÇÃO

Neste artigo desenvolvemos apontamentos sobre as políticas educacionais de assistência estudantil, em especial o Decreto n.º 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES e os programas: Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação-PAEG, ambos do Centro de Formação de

Professores (CFP)¹, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)². Refletindo sobre os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes aos referidos programas, podemos identificar que existe uma legislação que as Instituições executam através da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, nas políticas de assistência observando o predomínio da governamentalidade neoliberal brasileira que a cada dia se refaz, e se reestrutura por meio de discursos e ações, assim se faz a retórica do controle que constrói a realidade social brasileira. A metodologia do presente texto tem como base a tese de Doutorado em Educação da autora apresentada na Universidade Federal de Sergipe no Programa de Pós graduação³. Assim na seção um apresentamos as interrelações das políticas de assistência desenvolvidas no estado brasileiro, na seção dois desenvolvemos uma contextualização sobre governamentalidade, biopoder, educação e universidade tendo por base Foucault, Castro, Chauí, Gallo, Veiga-Neto, Feldens e Santana entre outros, por fim apresentamos as considerações finais. As contribuições deste recorte teórico se estabelecem por identificar a relação do saber no modelo de estado governamentalizado brasileiro numa instituição de ensino universitário, ou seja, que é produzido em locais de formação de educadores através de técnicas de racionalização definida como controle racional entre igualdade e liberdade no ensino. As reflexões se entrecruzam com contextos históricos e sociais visando a ampliação de ações de assistência estudantil no ensino público.

II. AS INTERRELAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ESTADO BRASILEIRO

Nesta seção tratamos das políticas sociais de acordo com o contexto histórico, essas políticas são resultantes das desigualdades estruturais do Estado liberal capitalista dos séculos XIX e XX. Conforme Yazbek (2008): as Políticas Sociais de viés Público possibilitam aos sujeitos sociais acessar serviços de cunho social e demais formas de assistência necessários a vida social, econômico, cultural, político, ambiental posto que são dimensões primordiais a subsistência. Pensar em políticas de cunho público e social remete aos princípios constitucionais da Carta Magna de 1988 e devem promover ações direcionadas para a realização e fortalecimento

1 Centro de Formação de Professores criado pela Resolução n.º 62/79 do Conselho Universitário da UFPB inaugurado no dia 03 de fevereiro de 1980.

2 A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma instituição pública federal de Educação Superior, com sua sede na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Foi criada a partir da Lei n.º 10.419, de 9 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e é formada por seis Campi, além da sede, que estão localizados nas cidades de Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

3 Tese de Doutorado defendida pela autora na UFS/PPGED em 5 de dezembro 2022. Análise das políticas de assistência estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal.

de direitos, necessidades, potencializando os cidadãos de todo empoderamento que o Estado está habilitado a cumprir.

A constituição do termo política pública, suas relações com a gestão pública, as inter-relações com as instituições e a coletividade de grupos sociais, devem responder ao modo de organização relativa à cultura, ao contexto financeiro, com a geração de trabalho digno, promoção de melhoria das instituições de educação, de saúde, possibilitando a convivência, a cooperação e a promoção dos diversos grupos sociais entre si. As políticas públicas sociais têm na contemporaneidade o Estado em ação, órgãos públicos e setores da sociedade civil que dão origem e efetivação aos programas sociais, configurando a orientação política dos responsáveis pelo Estado.

As políticas educacionais constituem um elemento de normatização da educação pelo Estado, guiado pela necessidade que a sociedade apresenta, vislumbrando o direito aos bens promovidos pela educação e o completo desempenho cognitivo dos estudantes por meio da emancipação social. Nesse sentido, Estado, sociedade, universidade fazem parte de uma tríade a ser constituída em articulação, promovendo políticas públicas educacionais por meio de decisões coletivas e democráticas dos grupos sociais: governo, profissionais e sociedade.

A materialização das políticas públicas educacionais e sociais fazem parte de uma relação complexa em que o tempo histórico e social são determinantes das conexões e estruturação dessas políticas, podendo incorrer em soluções temporais ou permanentes, como em desigualdades estruturais e contraditórias na sua implementação.

Ao identificar a questão global do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) elaboram um modelo de genealogia sobre o neoliberalismo para apresentar as descontinuidades e relações entre o liberalismo clássico do século XVIII e o neoliberalismo, assim como para problematizar essa relação, mostrando como essa doutrina econômica passa a ser um «sistema de normas que mantem influência no mundo inteiro, de modo a estender sua lógica sobre o capital, assim como, sobre as relações sociais e as esferas da vida humana» (2016, p. 7). Para os autores Dardot e Laval (2016), esse modelo de «racionalidade neoliberal que se estabelece nos anos 1980-1990 resulta da multiplicidade de processos heterogêneos sociais» que por sua vez se constituem no que os autores identificam como «nova racionalidade governamental» (2016, pp. 33-34).

O estabelecimento social dessa nova racionalidade governamental, ou forma social de comandar mundo, nos termos dos autores, se constitui basicamente de formas: «Do mercado à concorrência, da concorrência como ações dos setores econômicos e financeiros que promovem à concorrência como natural do Estado em ação e, da concorrência como norma do Estado/empresa à concorrência como conduta do sujeito-empresa» (Dardot y Laval, 2016 p. 379)

De acordo com Castro (2015), identificamos uma definição de governo bem aos moldes de Foucault. O entendimento de Foucault sobre as formas de governo, se expressam em eixos: o governo estabelece relações entre os sujeitos e esse

mesmo governo mantém relação consigo mesmo. No primeiro sentido, «o governo estabelece um conjunto de ações que se tornam realizadas pelos sujeitos. Ao trabalhar visando um campo de possibilidade atua sobre os sujeitos e promove comportamentos que atuam conduzem suas vidas, sempre de uma maneira subliminar de atuar sobre um ou vários sujeitos, numa sucessão de controle sobre suas existências» (Castro, 2015, p. 189).

Para Buta e Teixeira, (2020, p. 2), «O conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidade» (apud Rose-Ackerman, 2017). As formas e normas, de governança representam aspectos ideais a ser seguidos, de modo que, os desafios à boa governança vão além de efetividade, transparência e legalidade, pois se estabelecem em condições de equidade, participação social, democracia, nas relações dos direitos humanos.

De modo que, para Buta e Teixeira (2020), Governança se define, portanto, em acordos de conveniência de aspecto público que possibilita a incorporação de todos os interessados, sob a controle do Estado, na solução dos problemas de ordem comum, promovendo assim a efetivação de um desempenho público de qualidade, assim como de controle da sociedade.

Em Dardot e Laval (2016) podemos identificar que o termo governança se tornou uma palavra-chave no vocabulário neoliberal, dentro do arcabouço que concentra três dimensões: o governo das empresas, dos Estados e, por fim, do mundo. Deste modo, o vocábulo governança, ocupa o lugar da palavra soberania; transformação que resultará em mudanças na relação interna do Estado, do território e da população, de modo ampliado no ambiente internacional, geopolítico e geoeconômico. Assim as relações se complexificam entre estado e sujeito social.

Assim não só o Estado que se adequa a essa nova forma de racionalidade neoliberal, e sim toda a sociedade passa a ser pensada como um mercado, no qual cada ser social é uma empresa que está em contínua competição. Essa forma de racionalidade se torna a mediação de todas as relações sociais: «o homem neoliberal é o homem competitivo pela conquista de mercados, inteiramente submerso em níveis mundial» (Dardot y Laval, 2016, p. 322)

Segundo Castro (2015), Foucault faz uso do termo governamentalidade para se dirigir ao seu objeto de estudo e das formas de um governo exercer seu poder sobre as subjetividades mediante suas práticas. Aqui destacamos dois pontos:

- 1) O conjunto formado, pelas instituições, processos, análises, cálculos e estratégias que possibilitam executar essa forma de movimento do poder que tem, por objetivo primordial, a população; na sua forma centralizada a economia política; e, como recurso técnico indispensável, os dispositivos de segurança (p. 190).
- 2) «governamentalidade [é] a confluência entre as técnicas de ascendência exercidas sobre outros e as técnicas de si» (p. 191).

Foucault amplia os conceitos de governabilidade e governança ao expandir uma definição dinâmica sobre as formas de ações dos dirigentes políticos e a forma de gerir a vida de uma população:

«A arte de governar, se constitui em 1) reestruturar as relações que a perpassam de maneira global a fim de tentar descobrir e estruturar as técnicas de poder; 2) repassam para o exterior dessas tecnologias e se reconstitui nesta forma de economia de poder; 3) absorve o movimento das tecnologias de poder e as reestrutura na relação poder-saber» (Foucault, 2008, p. 481).

Importante notar na citação acima que o fundamento da arte de governar se encontra na política como técnica e tecnologias de produzir e reproduzir relações humanas no interior da sociedade ou da pólis. Não obstante, para cumprir seu desígnio, o governo político constrói técnicas e tecnologias capazes de dar forma às interações humanas atravessadas pelas variáveis do poder, pelos cálculos de eficácia dos exercícios do poder, suas dosagens econômicas entre a tirania e a libertinagem. O político, portanto, consiste na figura do «técnico da pólis» que conhece as ações e os instrumentos, com diferentes graus de precisão, para produzir relações agonísticas, sinérgicas e antagonistas no interior das sociedades, articulados ou contrários a algumas de suas regras culturais. Na governamentalidade acontecem continuidades ascendentes e descendentes, em que o exercício do poder aproxima aquele que exerce as coisas que são por ele exercidas. Interessante destacar, nesse sentido, que dentre as inúmeras políticas correlativas à pluralidade antropológica ou etnológica das sociedades modernas, a «arte de governar» denunciada por Foucault, presente na sociedade neoliberal, institui-se herdeira do imperialismo moderno, mais especificamente de seus modos colonialista e liberal. Com efeito, o colonialismo pode ser destacado como um importante fundamento desses regimes políticos, especialmente determinantes das relações ou mediações econômicas, mas que não lhe são exclusivos, já que as culturas suprimidas pela modernidade também são, em sua maioria, sociedades excludentes economicamente, por natureza. Podemos dizer, assim, que colonialismo e imperialismo, na medida em que se infiltraram no interior das culturas locais, aproveitaram, reforçaram, potencializaram e prolongaram, esses seus mecanismos, dispositivos, técnicas e tecnologias como uma estrutura ou um modo geral de exercício político, de produzir ordem nas relações no interior das sociedades.

III. CONTEXTUALIZANDO: GOVERNAMENTALIDADE, BIPODER, EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Para compreender a universidade e a governamentalidade nas ações de assistência estudantil introduzimos a obra de Chauí (2001), dando ênfase ao texto «Vocação política e vocação científica da universidade». Nessa obra, a autora inicia por mostrar que no Brasil a vocação política, sem dúvidas, foi o espaço que deu origem às universidades públicas, sejam as instituições criadas na visão liberal,

sejam as instituições criadas na segunda metade do século XX pautadas pela luta da escola pública e gratuita e da universidade como direito e aberta a todas as classes sociais. Continuando na leitura, verificamos que nas instituições criadas, a partir do fim do século XX e que têm sua origem controlada pelo Estado, essas universidades são formatadas com o propósito de atender às necessidades da indústria e da economia, no sentido das elites nacionais, voltadas ao capital estrangeiro; mas, também aos quadros e às esferas técnicas e profissionais da própria administração do Estado.

Ao destacar as duas vocações, política e científica da universidade, analisamos como estas podem efetivar as políticas de assistência para os diferentes grupos sociais que buscam a universidade e ser compatíveis aos interesses do capitalismo que a mantém. A referida filósofa defende a relação entre saber e poder, quando a universidade, vista como criadora de conhecimento, pode fortalecer grupos sociais a desenvolverem novas práticas por direitos estudantis, humanos e políticos; ao mesmo tempo em que pode fortalecer as assimetrias socioeconômicas. Desse modo, a inserção social da universidade vai definir seu papel por meio dos profissionais que nela atuam e que nela se formam. Ou seja, a universidade pode ser instrumento de reprodução ou ruptura sociopolítica determinada, tanto por uma articulação externa quanto interna a ela. Numa abordagem fundamentada, a autora destaca quatro incompatibilidades entre as duas vocações da universidade. A primeira diz respeito ao «tempo científico e o tempo político [...] [seguirem] lógicas diferentes e padrões de ação diferentes» (Chauí, 2001, p. 121). 71.

A segunda diz respeito à natureza da política que, por ser fundamentada na alternância de poderes, permite uma política democrática à sociedade; mas, isso pode abalar as dinâmicas epistemológicas, já que a universidade se constitui em projetos contínuos e de longo prazo para o desenvolvimento de técnica e de tecnologia. A terceira incompatibilidade está relacionada à «estrutura social brasileira que, por ser autoritária na sua essência, gera desigualdades e reforça a exclusão social» (Chauí, 2001, p. 123) para o acesso e a permanência de estudantes na universidade. Logo, se temos uma vocação política populista que não tem preocupações legítimas de democracia, a vocação científica se esvazia de qualidade e gera exclusão dentro do próprio processo de formação. Por fim, a quarta incompatibilidade faz referência à vocação política, aspecto que tem deixado a universidade pública à mercê dos processos de privatização, tanto da formação, quanto da pesquisa, ao permitir a inserção das instituições privadas em espaços que antes eram seus. A autora me desperta o pensamento sobre que projetos políticos a universidade tem desenvolvido ou se tem apenas se dedicado a desenvolver projetos criados por outros setores que a sustentam.

Assim, os argumentos de Chauí e a perspectiva foucaultiana permitem pensar que as relações de poder-saber são produções que se legitimam em discursos produzidos e referendados em espaços considerados legítimos produtores dos enunciados discursivos e, assim, referendam as estratégias e táticas que podem ser expressas, por exemplo, nas políticas de assistência estudantil.

Considerando o processo histórico brasileiro de colonização, seguido pela dominação do império Português, que superou um regime ditatorial que se estruturou dos anos de 1937 a 1945, e outro de 1964 a 1985, o Brasil é hoje identificado entre os países em desenvolvimento com assento em diversos organismos internacionais de promoção humanitária. É um país que, segundo Saviani (2010), desde a sua origem até os anos de 1980 tem um ensino superior acompanhado de perto pelo Estado. A organização e regulação pelo Estado reverbera nas políticas públicas sociais que englobam um conjunto de instituições para a efetivação das ações de governo; desse modo, desenvolvemos análises para compreender as práticas do governo brasileiro relacionando a governamentalidade neoliberal, estruturada como conceito por Foucault, e a política de assistência estudantil do PNAES.

O pensamento de Foucault sobre o Estado e as técnicas impressas nele, revelam um Estado governamentalizado que se guia por técnicas de racionalização, sendo a primeira o controle racional entre igualdade e liberdade controladas, e a segunda os dispositivos de segurança; um duplo vínculo no qual o estado invisibiliza sua ação e controla a população.

Foucault (2005), define o poder em três momentos:

- I) O primeiro poder de soberania, que compreende o estudo da Idade Média até o Renascimento, as sociedades absolutistas e pré-democráticas comandadas por reis e rainhas no exercício da autoridade que, por sua vez, é reverenciada e atendida pelos súditos.
- II) O segundo poder chamado de disciplinar, que abrange os séculos XVII e XVIII, em que, pela lente do autor, os indivíduos são conduzidos pelas formas de disciplinamento dos corpos concebidos individualmente, pelo controle da sexualidade e o uso desses corpos. Vale salientar que essa disciplina que se apoia em tecnologias de poder é mediada pelas instituições, entre elas a escola. Este período que dura da Idade Clássica e se estende até as sociedades democráticas modernas.
- III) O terceiro denominado de biopoder tem sua origem no século XVIII até a idade contemporânea. O poder exercido se desloca para o corpo político denominado população. O Estado age através de ações empreendidas sobre a vida da coletividade, sobre o corpo espécie (corpo vivente, suporte dos processos biológicos), controlando as taxas de natalidade, saúde, formas de trabalho, produção. Conceito de biopoder pode ser lido do seguinte modo:

O biopoder, neste sentido, ancora-se no corpo coletivo, na população, no corpo múltiplo para se constituir como tal. O fenômeno pelo qual ele se institui é através da massa ou população. O mecanismo de configuração é a previsão de estatísticas globais através de instituições que são contratadas para a produção destes dados. A finalidade essencial do biopoder é manter o equilíbrio, regulação e a homeostase políticas e econômicas, deixando a população em equilíbrio para a construção das políticas públicas (Foucault, 2005, pp. 30-34).

O biopoder pode ser lido na esteira de uma antropologia do poder soberano e disciplinar, na medida em que a etnologia (em termos gerais e comparativos) e a etnografia (em termos específicos e singulares) nos ensinam sobre a pluralidade acerca dos métodos destinados a produzir e reproduzir mediações ou mediadores entre as relações e/ou os usos corporais comunitários. No terceiro momento com o biopoder, a política é identificada como a arte de governar, mediante símbolos e práticas, as relações corporais e ideológicas no interior da pólis. O cerne da política enquanto técnica se encontra em sua capacidade de produzir regras de ação, de reação e de recepção dos corpos. Por conseguinte, compreendemos que um estudo que pretende desvelar as regras políticas imperialistas, necessita conhecer as regras governamentais das relações entre os corpos no interior da cidade ou da comunidade modernas e/ou tradicionais.

O corpo-espécie, identificado por Foucault, define o biopoder no controle das taxas de natalidade, de postos de trabalho, de produção de renda, de definição de espaços urbanos e de sistemas ecológicos. Desse modo, o biopoder equilibra características estimulando e reprimindo as populações, influenciando na demografia da população e endemias da natureza. Ao efetivar o movimento das técnicas e tecnologias de poder-saber, agora centradas na população, o conceito de governamentalidade se figura como uma estrutura de ações, por parte de um «corpo coletivo», diferente da sociedade, chamado Estado. Tratando-se de uma forma de poder complexa e específica encontrada em diferentes regiões do Planeta, que objetiva governar e se aparelhar para se manter dominante.

No biopoder o discurso se faz por meio de um sujeito fundador, pela expressão de interioridade, de pensamentos, recordações e sentimentos. Nesse biopoder existe uma mediação universal que promove o intercâmbio de discursos, diálogos, discursões, réplicas no sentido de conduzir a uma razão ou conhecimento. Para Foucault, os discursos são vistos como práticas históricas cambiantes que não estão definidos, os discursos são expressão do sentido das coisas. Para Foucault, o discurso é uma violência sobre as coisas, se não partir do sujeito. A crítica sobre a exterioridade do discurso por si mesmo, como o discurso de grupos religiosos, sistemas pedagógicos, tem uma produção histórica e coercitiva, pois são construídos fora da dimensão pessoal mediante sua instrumentalização. Esse discurso tem forte influência nas pesquisas, de modo que na sociedade moderna a investigação ainda continua usando os métodos de origem positivista, cuja objetividade depende da construção de perspectivas ou de observadores externos às subjetividades humanas, então assumidas por máquinas e aparelhos lógicos ou tecnológicos em que os corpos humanos são componentes.

Castro (2015), ao estudar os temas de governamentalidade e biopoder como práticas sociais disciplinares e biopolíticas do governo dos homens, destaca o encaideamento entre Estado, mercado, empresa, liberalismo e neoliberalismo.

Os estudos de biopoder e governamentalidade estão localizados nos textos «*A vontade de saber*» (1988), livro da coleção História da sexualidade; e nos cursos denominados «*Em defesa da sociedade*» (2005), ministrado em 17 de março de

1976, e «*Segurança, território e população*» (2008). Assim, os conceitos de biopoder passam a fazer parte da terceira fase de Foucault, ao nomear como o poder exercido sobre o corpo político denominado população, assim como ações empreendidas sobre a vida da coletividade. O conceito de Foucault de governamentalidade revela uma tendência no Ocidente, quando o governo se aparelha da própria máquina pública para continuar dominando o público, através de um processo em que o estado de justiça, depois estado administrativo, tornou-se governamentalizado (1988).

O governo é visto como um conjunto de forças que movem a economia e a população, gerando uma super dominação do estado sobre as forças produtivas, num movimento de realização deste estado como defensor racional da população. Assim, o tema da governamentalidade visa discutir a estatização dessa sociedade, no que tange à visão de «homem econômico» feito de relações de poder, configurações e práticas. Castro, identifica as análises de saber, poder e sujeito como:

«O saber, o poder ou o sujeito para Foucault existem no plural e não tem identidade que supere suas múltiplas formas históricas. Por essa razão, para exprimir a multiplicidade histórica de cada um deles, no último curso no Collège de France, Foucault não fala de saber, mas substitui por modos de verificação, não fala de poder, mas se refere a técnicas de governamentalidade e não fala de sujeito, e sim de práticas de si» (Foucault, 2011, p.10 apud Castro, 2015, p. 57).

Compreendemos que as técnicas de governamentalidade são pautas do governo vigente na contemporaneidade brasileira que age sobre a massa da população e se constitui pelo conhecimento econômico e controle da segurança. As técnicas de governamentalidade se estruturam ainda, por meio da subjetivação instituída culturalmente, pela organização da prática de si ou cuidado de si.

Numa retrospectiva conceitual de sujeito e poder, os estudos de Gallo (2017), com base em Foucault, apresentam os modos de objetivação do sujeito para além da arqueologia do saber e da genealogia do poder. Ao identificar a ciência, as práticas divisoras e auto posição do sujeito, como formas de objetivação do sujeito, «ser humano que é identificado como objeto de um saber científico, sujeito dócil a um poder» (p. 79). Foucault, por meio dos estudos da governamentalidade e da biopolítica, identifica uma dupla inflexão do sujeito como governo de si e governo dos outros, sendo assim objeto sujeitado e agente. Os processos de subjetivação como constituição do sujeito e objetivação, posto que submisso ao poder, são uma transição para um sujeito ético. Nessa problemática da subjetividade «somos assujeitados a cidadãos subjetivados a obedecer aos princípios básicos da sociedade democrática» (p. 89), esse sujeito ético surgido dessa compulsoriedade produz o «sujeito de direitos», o cidadão de direitos.

Para além da dominação e exploração, o sujeito está exposto à submissão e para compreender esses processos, o autor identifica três tipos de luta:

«aquelas que o sujeito trava contra os processos de dominação, como as lutas étnicas, sociais e religiosas; aquelas que o sujeito enfrenta contra os processos de

exploração, como as lutas dos trabalhadores pelo fim da expropriação do resultado de seu trabalho; e aquelas contrária a submissão, isto é, que se revela contra os modos pelos quais o sujeito é subjetivado» (Foucault, 2002, pp. 123-124).

A resistência à biopolítica passa pela resistência à submissão da subjetividade, no tocante às políticas no Estado governamentalizado. Conforme Gallo (2017, p. 1502): «somos constituídos cidadãos para termos acessos a tais políticas e benefícios sociais; as ações de governabilidade promovida pelo Estado neoliberal atingirá a toda a população», desse modo «é preciso constituir a todos cidadãos, para que possam ser governados. Fora da cidadania não há governo democrático possível» (2017, p. 1508).

Ao tratar das aproximações entre a governamentalidade neoliberal e a educação, VeigaNeto (2013, p. 21) destaca a década de 1970 no Brasil como início dos estudos sobre essa relação entre os termos, principalmente sobre «a performatividade, o controle, o empresariado de si, a precariedade do trabalho docente, a competição e o consumo exagerado». Assim, a governamentalidade atua entre os dois eixos ortogonais: o eixo da individuação e o eixo da população encontram as técnicas de controle já identificadas por Foucault, que são dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si. Por meio da educação escolarizada a governamentalidade neoliberal se efetiva junto à população, primeiro na escola básica e depois na universidade.

Ainda no intuito de aproximação com o tema, destacamos a citação de Veiga-Neto sobre as formas de subjetivação exercidas primeiro pela empresa, adotando a gestão, a informação e as decisões, a cargo dos trabalhadores, fomentando o empresariado de si mesmo como reorganização do trabalho, formas de controle e produtividade do trabalhador. De semelhante modo, a escola e a educação são permeadas por relações de poder, forjadas pela objetivação e posterior subjetivação dos sujeitos, se constitui no contexto da governamentalidade neoliberal em instrumento para a formação de sujeitos adormecidos para os aspectos da ordem social, econômica, cultural e política.

Ao desenvolver articulações sobre a governamentalidade e sua relação com a educação, pode-se pensar sobre os ambientes escolares e de formação nas universidades. O acesso à tecnologia e à produção de subjetividades nesses espaços geram um repertório de comportamentos e valores que são muitas vezes incompatíveis com a escola e a universidade. Outro destaque diz respeito à articulação entre o trabalho imaterial desenvolvido na contemporaneidade que valoriza a cooperação e a produção de inovações com a educação escolarizada. Veiga-Neto (2013) destaca as novas configurações sobre o trabalho docente e as percepções sobre a função da educação escolar na contemporaneidade. Sobre «o trabalho do educador em níveis da incessante flexibilização, falta de profissionalização, iniciativas de desqualificação, quadro de marginalização pela sociedade, falta de valorização salarial, ausência de discussões políticas, desgaste das associações e sindicatos» (p. 37), o que se visualiza é um docente em permanente estado de

alerta sobre sua profissão e sua prática pedagógica à mercê de metodologias e teorias do Estado neoliberal.

Sobre o papel da educação escolar e da universidade, em especial os cursos de licenciatura, Veiga-Neto (2013) destaca que a estratégia pedagógica do Estado neoliberal fortalece a formação de sujeitos em constante processos de aprendizagem, em permanente reafirmação de si, num infinito aprender a aprender como gestor de si e do seu fazer docente.

Ao tratar da governamentalidade neoliberal identificamos o PNAES como um programa de assistência estudantil por meio de objetivos que se relacionam entre si, no combate à evasão e permanência dos estudantes na universidade e, de semelhante modo, assume para si a efetivação das ações e programas e se configurando no mantenedor da educação universitária.

As observações e críticas ao Decreto do PNAES podem ser consideradas por se tratar de um programa que requer o equilíbrio da participação social na universidade, de modo que o binômio acesso-permanência é gerido por iniciativas governamentais centradas no acesso, por vezes, porém, sem ou com reduzidas ações de permanência. Para além dos recursos financeiros, porém, o governo não desenvolveu ações de investimento proporcionais à ampliação do acesso, fato que gerou um descompasso que continua representado na atualidade das políticas de assistência estudantil. No bojo das políticas públicas geradoras de políticas sociais, ao criar e ampliar universidades sem fazer concurso público para áreas de ensino e de gestão envolvidas, gera sobrecarga aos educadores, aos técnicos e contribui com a terceirização de técnicos administrativos numa situação de descaso com a universidade e com os estudantes nos serviços prestados. Não podemos perder de vista que os contratos de serviços entre público e privado mediante terceirizações vêm sofrendo abalos com os frequentes cortes e reduções de financiamentos da universidade pública por parte dos governos neoliberais.

Sobre as propostas de revisão ao texto do Decreto do PNAES, destacamos algumas listadas no documento do FONAPRACE que nos fazem refletir sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social. Propostas 1 e 3:

1) Organização e integração das equipes de profissionais para executar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo, incremento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;

3) Implantação e elevar qualitativamente as políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Inserir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso de álcool e outras drogas, com o objetivo de promover qualidade de vida e saúde integral aos estudantes do ensino universitário (Fonaprace, 2012).

Com o ponto 01 das ações listadas para uma possível ampliação e reestruturação do programa PNAES com a recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo,

visamos o aumento do quantitativo de profissionais como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos administrativos.

Sobre as propostas 8 no texto de revisão do Decreto do PNAES sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social, lemos o seguinte:

8) Implantar ações de assistência e apoio estudantil (principalmente moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico) unificadas nas IFES, visando atender aos estudantes em mobilidade no território nacional e implantação de medidas de apoio aos estudantes para participarem de programas no exterior (fonaprace, 2012).

Para que o ponto 08 das ações destacadas sejam efetivadas como moradia, alimentação e apoio pedagógico para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional, existe a necessidade do número aumentado desse quantitativo de profissionais.

No tocante à assistência integral à saúde dos estudantes, foi incluído, em caráter emergencial e prioritário, programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas. O objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários existe por meio de algumas possibilidades. Desde a realização de concurso para profissionais de saúde mental e coletiva, passando por alternativas que não incorram em despesas de concurso, como por exemplo o projeto de atendimento aos estudantes pelos profissionais dos cursos de medicina e enfermagem do referido centro. Existe uma possibilidade de acionar as Unidades Básicas de Saúde – UBS, serviço público existente na maioria dos municípios brasileiros, para atender às demandas cidadãs de estudantes.

No tocante à garantia dos direitos à educação e em especial aos programas de assistência estudantil, trazemos um destaque da reflexão sobre a diferença, nas políticas ao que o pensamento de Gallo (2017) se adequa ao apresentar os desafios e subjetividades que perpassam o tema. Para Gallo (2017) a diversidade remete ao direito universal, agregado a tudo que é diverso. Ela está imbrincada no todo daquilo que compõe o universal, podemos dizer que há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa outra direção, a diversidade é nada mais do que o desmembramento de uma unidade.

«Ainda neste sentido Gallo (2017) apresenta um pensamento sobre o uso da palavra diversidade em lugar da palavra diferença; as duas expressões têm sentidos diversos; a diversidade iguala os sujeitos já a diferença valoriza cada sujeito na sua unicidade. As relações com o diverso representam distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro, assim a diferença se faz multiplicidade, elimina a unidade. Ao afirmar a diferença, não se considera unidade possível, não se permite que as multiplicidades sejam um conjunto único, como sugestão ao universal. Pode-se afirmar que a diferença implica no fora visto que, supera os conjuntos, já a diversidade representa o dentro, o interior, ao pertencer a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, que representa o universal, a diferença representa a alteridade dos seres individuais e coletivos» (Gallo, 2017, p. 513).

Assim, as ações de assistência estudantil, pela própria razão de existência, não podem se furtar ao olhar da diferença como categoria de estudo que a compreende como superação dos modelos que uniformizam os estudantes, seus modos de ser e de viver. Essa ideia está refletida na hipótese de que após o aumento quantitativo e qualitativo das políticas de assistência estudantil, a comunidade universitária se tornou mais diversa segundo diferentes aspectos, mas especialmente aqueles ligados à economia e à cultura; sem perder de vista a diversidade de gênero e de sexualidade que também demonstra ter se evidenciado.

Quanto ao gênero e sexualidade, existe uma hipótese de que os estudantes anteriores apresentavam um padrão heteronormativo e patriarcal; unido a isso, poucos estudantes necessitavam de programas de assistência na forma de bolsas, moradia e alimentação, pois, eram dependentes financeiramente de suas famílias.

Nos aspectos que trata da diferença, Deleuze (apud PARAISO, 2012, p 31) estabelece que «não é diferença entre dois indivíduos; não é diferença entre coisas ou entes; mas sim, «diferença em si, diferença interna à própria coisa, o diferenciar-se em si da coisa». «A diferença tem como critério o acontecimento, trabalha pela variação de sentidos, pela multiplicação das forças, pela disseminação daquilo que aumenta a potência de existir». O diferente, aquilo que torna cada um singular na multiplicidade, o corpo disciplinado é o campo para o estabelecimento de poder sobre esse corpo.

«Os conhecimentos da filosofia da diferença nos trazem a pensar sobre nossas ações, as forças que se atravessam nelas, nossos processos de subjetivações, pensar o que nos tornamos. Com os processos de formações de professores não é diferente, o que nos tornamos são os modos através dos quais vivemos» (FELDENS e SANTANA, 2011, p. 10).

Sobre a proposta 10 de revisão do Decreto do PNAE, destaco:

10) Implantar e fortalecer de política de atendimento às demandas dos estudantes no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos menores, na criação, organização e estruturação de creches (FONAPRACE, 2012).

No tocante ao ponto 10, das possibilidades e necessidades dos estudantes e a reestruturação do PNAES para o fortalecimento de política de atendimento às demandas dos estudantes e seus filhos, especialmente à educação e cuidados dos filhos menores de 6 anos, como professora dos cursos de licenciatura, observamos vários estudantes beneficiados pelo PAEG, a declaração de que fazem uso do valor da bolsa instituída pelo programa para pagar despesas com filho porque não têm como deixá-los para ir estudar.

Ao destacar as ações da assistência estudantil pelas universidades, é necessário considerar que elas atendem a diferentes grupos de estudantes que têm diferentes necessidades para além dos critérios de acesso aos programas; especificidades que vão do espaço regional às características socioeconômicas. Neste caso, entra em destaque a autonomia das instituições universitárias para o gerenciamento dos

recursos do PNAES. De modo que a redução do número de evadidos e retidos nos cursos de licenciatura, uma cobertura proporcional de programas e estudantes favorecidos, quando devidamente avaliado o número de pedidos nos editais, tudo isso possibilita aos dirigentes das universidades, seja Reitores e Pró-Reitores na obtenção e gerenciamento dos recursos financeiros.

Nestes termos, compreender as políticas de permanência dos estudantes no ensino universitário passa por pensar o desempenho acadêmico destes estudantes, as dificuldades acadêmicas que os programas podem amenizar, as dificuldades financeiras que os valores podem custear e a cidadania que o apoio educacional se constitui para a comunidade acadêmica beneficiada pelos programas. Considerando que essas políticas buscam enquadrar o diferente no normal, governar seus corpos, vigiar, disciplinar, como consequência, o estudante contemplado com o benefício deve seguir procedimentos, cumprir rituais, preencher fichas e formulários, assumir compromissos e deveres de não transgredir, de não transpor a normalidade. Desse modo, com algumas ressalvas, as políticas de assistência estudantil podem amenizar as dificuldades e desigualdades provenientes das políticas na governamentalidade neoliberal, (considerando que esse mesmo estado neoliberal também constrói políticas que promovem igualdade e equalização para favorecer o domínio neoliberal) essas políticas precisam ser acompanhadas e apropriadas pelos estudantes, que pelo seu viés de subjetividade, podem se constituir em mecanismo de controle político, ideológico e financeiro: Contudo, sou de acordo que essas políticas podem ser instrumento de luta política no caso brasileiro.

Santos (2009), em sua tese, desenvolve uma análise sobre as formas de permanência como política de ação afirmativa, busca identificar projetos institucionais e estratégias informais, nas quais, os estudantes conseguem permanecer na universidade. Para a autora, esses projetos e práticas contribuem para a permanência qualificada dos estudantes assim como amplia os campos e oportunidade de modalidade social destes sujeitos.

Segundo Santos (2009), «a permanência em seu significado, carrega um legado filosófico intrinsecamente vinculado ao sentido da essência do ser» (p 76). No dicionário Abbagnano (2007 p. 758 apud Santos, 2009),

Permanência significa: (in. Permanence: fr. Permanence, ai). Segundo Kant «a Permanência expressa, em geral, o tempo como correlato constante da presença da aparência, da mudança e da concomitância». Em outros termos, Permanência é o tempo enquanto duração. (Abbagnano (2007 p. 758 apud SANTOS, 2009)

Santos remete a Kant um conceito de permanência quando «afirma que a permanência exprime em geral, o tempo como o correlato em toda existência dos fenômenos, de toda transformação e de toda coexistência» (2009 p 68). A permanência está relacionada a um tempo cronológico que envolve modos de existência, troca de experiências elaboradas num continuum.

Santos (2009, pp. 69-70) se utiliza de Kant para identificar três dimensões da permanência: Permanência enquanto duração (tempo) – Esta dimensão está

associada à duração do estudante no tempo do curso. Esta dimensão favorece a participação dos estudantes que vivem integralmente a universidade, em atividades acadêmicas, como pesquisa e extensão, possibilita a formação política e reconhecimento da instituição como dispositivo de poder e saber, promove apropriação intelectual e social com a garantia de conclusão do curso.

No tocante à simultaneidade na permanência Santos (2009 p. 70),

«a dimensão torna-se muito interessante, à medida em que percebemos a função que não só a política de cotas tem para a entrada dos estudantes na universidade, mas também a função que os estudantes desempenham na referência para outros jovens».

Nesta dimensão, sua relevância centramos na visibilidade social dos sujeitos beneficiados e da criação de referência sobre formas de permanecer no ensino universitário e na expansão do mundo acadêmico para populações e sujeitos alvos das políticas de assistência.

Ao considerar a Sucessão, a autora diz respeito às possibilidades de permanência em outros graus acadêmicos, ou seja,

«se a dimensão tempo do indivíduo for qualitativa, ou seja, se ele conseguir concluir o curso vivenciando inteiramente a universidade, existem possibilidades de uma pós permanência, ou seja, através dos cursos de pós-graduação lato sensu, ou de forma mais ampliada nos cursos de mestrado e doutorado. Temos plena consciência dos caminhos difíceis para a aprovação nas seleções de pós-graduação nos Programas das Universidades Brasileiras» (Santos, 2009, p. 70).

De igual significação, a sucessão ou pós-permanência é um desafio aos sujeitos beneficiários de políticas de assistência estudantil, considerando as condições materiais e a inserção no mercado de trabalho, pressões a que são submetidos estudantes em situação de vulnerabilidade social, quando a sociedade coloca limites à formação desses sujeitos ao espaço dos cursos de graduação.

Ao identificar as formas de permanência simbólica Jesus e Nascimento (2010), apresentam os aspectos pedagógicos e as questões culturais como resultantes dessa permanência simbólica. Quanto à permanência simbólica pedagógica, está relacionada aos aspectos pedagógicos da prática docente, os métodos de ensino e avaliação, no sentido de subsidiar a mediação de conflitos, na relação entre docentes e discentes, visando o desempenho dos estudantes e a superação de práticas de dominação e exclusão por parte dos educadores. Quanto à permanência simbólica cultural, uma temática recorrente é a necessidade de promover a inclusão cultural e étnica dos estudantes. Nesse sentido, é importante valorizar a interculturalidade nas universidades, no sentido de favorecer o sentimento de pertencimento e promoção do sentimento da inclusão acadêmica e social. Ao identificar as modalidades que o documento propõe nos eixos de formação para uma permanência qualificada, transmite-se uma forma de assumir a assistência estudantil em suas múltiplas facetas, garantindo as formas de pertencimento, de cultura, de regionalismo, inserção política e desempenho acadêmico aos estudantes. Nesse

aspecto as políticas de acesso têm uma missão a cumprir, pois o SISU permite que estudantes de diversas regiões possam ter mobilidade de cursar seus estudos em diferentes estados do país. Assim, de modo mais efetivo a permanência simbólica cultural necessita ser implementada nas universidades brasileira.

No tocante à permanência material, podemos questionar a abrangência e o alcance de todos os sujeitos em situação de vulnerabilidade social aos cursos e universidades brasileiras. Para além dos temas mais emergentes como moradia, alimentação, saúde, transporte, creche, é importante considerar o desempenho acadêmico dos estudantes, envolvendo atividades de inserção no mercado de trabalho e ações de cuidados com a saúde física e mental que perpassam os programas.

No que tange à permanência simbólica entra em destaque a realidade dos estudantes das classes populares que adentram a universidade, em geral, são os primeiros de gerações familiares a ingressarem na universidade devido a essa abertura do tempo histórico.

Para considerarmos o conceito de simbólico e nessa sequência desenvolver o conceito de permanência simbólica em Foucault, devemos nos remeter ao poder disciplinar no estudo da microfísica do poder como uma estratégia, seus efeitos de dominação, técnicas, funcionamentos que perpassam a rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Assim, através da genealogia do poder Foucault procura captar, por meio da «erudição histórica» (Foucault, 2002 b, p. 7 apud Perissinotto, 2007, p. 318), o objetivo que é restaurar « um saber histórico das lutas» e reaver como se dá « a utilização deste saber nas táticas atuais»; como, nesse processo histórico, diferentes memórias, várias resistências, outros saberes locais foram sepultados e sujeitados a um saber hegemônico. (Perissinotto, 2007, p. 318).

A governamentalidade aparece como uma hipótese de Foucault sobre as relações de poder: a governamentalidade permite um deslocamento estratégico no interior da analítica do poder. Para Candiotti (2011, p. 104), «a governamentalidade é o conceito operatório mais genuíno e profícuo da analítica do poder foucaultiana» ao estabelecer o vínculo entre técnicas de si com as tecnologias de dominação, a constituição do sujeito para a formação do Estado, no sentido de diferenciar os dois fenômenos. Isso reitera os desdobramentos construídos pela investigação, tendo por base analisar as formas de subjetivação das relações de poder.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault e seus interpretes nos ensinam ao olhar crítico e sensível para ver a sociedade e sua construção política, social e econômica, assim como suas relações com a educação e as políticas de assistência estudantil.

Os conceitos e análises sobre a governamentalidade neoliberal de Foucault são atualizados por seus intérpretes, transformando o campo de estudo como um novo conhecido ou um velho desconhecido, ou tudo ao contrário, pois, novos conceitos e o desconforto nos levaram para conhecimentos e reconhecimentos.

Quando a permanência dos estudantes nas políticas de assistência vai atingir o ponto mais eficiente no Decreto n. 7.234/2010 do PNAES? Vários são os elementos que podem contribuir ou atrasar esse processo. Outro aspecto é o predomínio da governamentalidade neoliberal brasileira que a cada dia se refaz, se reestrutura por meio de discursos e ações. Assim se faz a retórica do controle que constrói a realidade social brasileira.

Portanto, faz-se necessário contextualizar os micro dispositivos e micro poderes da governamentalidade na genealogia da ética foucaultiana, que ao escrever sobre uma analítica crítica do tempo presente, apresenta os discursos e sua produção como possibilidades de transformação dos sujeitos, mediante a distribuição de pequenas parcelas de saber-poder como um modo de governamentalidade. Nesse caso, a universidade e as leis que as rege são dispositivos que têm como função responder a uma certa urgência de um imperativo histórico acerca dos sistemas de exclusão. Então, sustentados pelas interdições, segregações e verdades/falsidades. A universidade consiste em uma instituição que, por excelência, demonstra sua ambiguidade, na medida em que funciona no eixo do saber-poder, ao mesmo tempo, oprimindo e distribuindo poder. Nesses termos, pudemos notar que o exercício da governamentalidade neoliberal está justamente nas dinâmicas em que adquirir e exercer saber-poder tem como consequência se ver oprimido pelo compromisso e pela responsabilidade com o saber-poder recebido ou conquistado. Não obstante, essa elaboração nos faz lembrar de um certo eNunciado que diz: todo (saber) poder tem um preço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buta, Bernardo Oliveira e Teixeira, Marco Antônio Carvalho (2020). Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade* (94): 370-395. doi:10.1590/1984-9270941. Consultado em 21 de setembro de 2021.
- Candiotto, Cesar. (2011). *A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. O que nos faz pensar*. n. 31, dezembro de 2011.
- Castro, Edgardo. (2015). *Introdução a Foucault* / Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. 1.ª ed.; 1.ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Chauí, Marilena. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Dardot, Pierre e Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Feldens, Dinamara Garcia e SANTANA, Anthony Fabio Torres. (2011) Movimentos na docência: subjetividades e encontros inusitados. *Programa de Pós-graduação Educação: Currículo Revista e-curriculum* ISSN: 1809-3876. São Paulo, v.7 n.2 agosto 2011 <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.
- Fonaprace. (2012). *Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis* (org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX:
- Foucault, Michel. (2005). *Em Defesa da Sociedade. Curso no College de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. Martins Fontes. 4.ª tiragem.

- Foucault, Michel. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel. (2008). *Segurança, Território, População. Curso dado no College de France (1977-1978)*. Martins Fontes: São Paulo.
- Foucault, Michel. (2002). *A arqueologia do saber*. 6.^a edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Gallo, Sílvio. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência? *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez.
- Jesus, Rita de Cássia Dias Pereira de e NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. (2010). *A «condição de estudante» e a experiência de acesso e permanência qualificada na universidade federal do recôncavo da Bahia – UFRB*. ISSN 0104-8015. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais n. 33. outubro de 2010 – p. 117-129.
- Lima, Maria Janete de. (2022). *ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal*. [Tese de Doutorado] – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Paraíso, Marlucy Alves. (2012). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. IN Dagmar Estermann Meyer e Marlucy Alves Paraíso, (organizadoras). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Perissinotto, Renato M. (2007). *História, sociologia e análise do poder*. História Unisinos 11(3):313-320, setembro/dezembro.
- Santos, Dyane Brito Reis. (2009). *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. [Tese de Doutorado].
- Saviani, Demerval. (2010). A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, 8(2), 4-17.
- Veiga-Neto, Alfredo. (2013). Governamentalidade e educação. *Revista Colombiana de Educación*, N.º 65. Segundo semestre de 2013, Bogotá, Colombia.
- Yazbek, Maria Carmelita. (2008). *Estado e Políticas Sociais*. Praia Vermelha (UFRJ), v. 18, p. 72-94.

